

TEMAS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO: AINDA UMA QUESTÃO MAL RESOLVIDA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO



Sandra Unbehaum: avanços e limites na superação das desigualdades e das discriminações de gênero.

difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 2

Pensando em identificar o contexto e o marco normativo nacional que colaboraram para a introdução das questões de gênero nas políticas públicas de educação, Sandra Unbehaum, socióloga e pesquisadora da FCC, vem nos últimos anos investigando, juntamente com Claudia Vianna¹, professora da Faculdade de Educação da USP e coordenadora do projeto, sobre as principais leis e documentos federais que orientam as reformas da educação pública brasileira no período pós-constituição no Brasil. Buscaram verificar os avanços e os limites da concretização de princípios que garantissem a superação das desigualdades e das discriminações de gênero, com base nas proposições previstas nas políticas públicas de educação. O estudo envolveu a análise de uma série de documentos oficiais, entre eles a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2001); os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, RCNEI, 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil, PCN, 1997), além de entrevistas com profissionais atuantes na elaboração e crítica dessas políticas públicas, e exames de outros estudos e documentos pertinentes ao tema. Deste trabalho resultou uma série de artigos com as análises desta investigação e a continuidade de outros estudos. A seguir, leia a íntegra da entrevista.

Folha Dirigida – As questões envolvendo as relações de gênero e a sexualidade têm ganhado, paulatinamente, nos últimos anos, espaço na agenda das políticas públicas que envolvem a educação. Como tem ocorrido esse processo?

Sandra Unbehaum – No Brasil, as políticas públicas no campo da educação relacionadas à sexualidade, ou mais especificamente à educação sexual remontam à década de 1960, quando aconteceram as primeiras experiências no país. Houve inclusive a apresentação de um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas de nível primário

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Faculdade de Educação da mesma Instituição. E-mail: cvianna@usp.br



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 3

e secundário. Esse projeto foi rejeitado naquela época com base em argumentos essencialmente morais, pela Comissão de Moral e Civismo do MEC.

Nos anos 1970, a partir das reivindicações do movimento feminista, ocorre um avanço nos debates sobre a sexualidade e as condições de vida das mulheres. A visibilidade de gênero no âmbito das políticas públicas de educação começou a ganhar maior destaque em meados dos anos de 1990, período pós-constituição e após algumas das principais Conferências Mundiais.

Também é nesse período que se observa um incremento nas políticas públicas para os jovens. O foco destas ações concentra-se na atuação para o combate da violência urbana, do desemprego, da prostituição infantil, da violência doméstica e sexual. A partir de uma preocupação de saúde pública, a vida reprodutiva e as práticas sexuais dos adolescentes são problematizadas como, por exemplo, o debate sobre a gravidez na adolescência, a vulnerabilidade ao HIV/AIDS e a doenças sexualmente transmissíveis. O Ministério da Educação, em 1994, através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, publicou um documento de diretrizes onde define a Educação Preventiva Integral como um “*processo de formação para o exercício da cidadania, apoiado na análise das condições de vida da população, seus padrões de comportamento, valores culturais, atitudes e crenças*”, cuja finalidade é a implementação de políticas públicas. (Ministério da Educação, 1994).

Essa preocupação do Estado é coerente com as recomendações da Conferência do Cairo (1994) e de Beijing (1995), em relação à juventude e à adolescência e ao enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres. Os documentos enfatizam a importância do acesso dos jovens aos programas de educação sexual e de saúde sexual e reprodutiva, destacando-se a importância de incentivo para que adotem atitudes responsáveis perante a sexualidade, não discriminem as mulheres ou tratem-nas de forma violenta. Recebam informações sobre os métodos anticoncepcionais e sobre formas de proteção contra o HIV/Aids e demais doenças sexualmente transmissíveis. Nesse contexto, o acesso aos programas intersetoriais – sobretudo aqueles que envolvam educação e saúde – tornam-se elemento estratégico da definição de políticas públicas.

A década de 1990 foi marcada por políticas de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Porém, a educação não era um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres. Mesmo assim, ou por causa disto, esse contexto com suas normas e demandas coletivas influenciou a discussão e a elaboração de políticas públicas de educação, ora mais, ora menos integradas com as demandas das lutas por direitos das mulheres e com a supressão dos preconceitos de gênero. Caracterizada por documentos que apresentavam uma



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 4

menção mais ampla do direito, as políticas de educação passam, no final do século XX e início do XXI a detalhar em algumas de suas proposições reivindicações políticas específicas para a introdução de gênero (como a construção social das diferenças sexuais e também das definições de masculinidades e feminilidades) em abordagens que contemplam a diversidade sexual (homossexuais, lésbicas, bissexual, travestis e transexuais).

Um exemplo de aproximação com as demandas por direitos para as mulheres e populações historicamente discriminadas é a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD no âmbito do Ministério da Educação, criada no governo Lula, ambas vêm fomentando projetos e ações específicas de formação docente em gênero, sexualidade e diversidade sexual, além da produção de material didático que contemplem o assunto. Outro importante projeto implementado nos últimos anos é o de Saúde e Prevenção nas Escolas/SPE. Fomentado, sobretudo pelo Programa Nacional de DST/Aids, trata-se de um projeto intersetorial entre saúde e educação. Ou seja, nas escolas, nas salas de aula, esses temas ganham relevância entre educadoras e educadores.

Folha Dirigida – Dentre as diferentes políticas públicas discutidas e implantadas nas últimas duas décadas, e que fundamentam as ações e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Educação, quais são os principais documentos normativos?

Sandra Unbehaum – Eu destacaria a Constituição Brasileira, por ter incorporado de modo inédito o reconhecimento de muitas das demandas de movimentos sociais, inclusive algumas antigas demandas feministas ao determinar a igualdade de direito e promover o bem de todos; sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou qualquer outro tipo de discriminação. Tem sido, desde então, o instrumento jurídico que tem fundamentado a definição de políticas públicas de igualdade e as ações de movimentos organizados por reivindicações sociais nas mais variadas áreas. Mais especificamente no campo da educação, destacaria o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), como políticas específicas que introduzem explicitamente as relações de gênero e a diversidade sexual em suas proposições sobre o conteúdo e a prática docente no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), instituídos e publicados logo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), pretenderam constituir uma proposta flexível de conteúdos para orientar a estrutura curricular de todo o sistema educacional



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 5

do país, fornecendo subsídios para a elaboração e revisão curricular de estados e municípios, a partir de suas distintas realidades sociais. Além disso, oferecem elementos para as discussões pedagógicas de forma a qualificar o processo educativo do cotidiano escolar.

Tais parâmetros introduzem na grade curricular do ensino fundamental e médio os chamados **temas transversais**: questões e assuntos que perpassam todos os campos do conhecimento e que devem contribuir para a formação de um cidadão mais participativo, reflexivo e autônomo, consciente de seus direitos e deveres. Estes temas (ética, meio ambiente, pluralismo cultural, consumo, saúde e orientação sexual) têm como eixo central a educação para a cidadania e não se constituem em novas disciplinas, mas deveriam impregnar todas as áreas educativas e serem tratados por diversas áreas do conhecimento, tanto dentro da programação cotidiana como fora dela.

Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) sinaliza a incorporação de uma perspectiva de gênero ao defender a importância de transmitir valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes; ou ao ter o cuidado de adotar propositalmente os termos meninos e meninas, ao invés de crianças. O documento realça o papel de educadoras e educadores na desconstrução dos significados de gênero nas relações infantis, quase sempre carregadas de sentidos específicos para o que é ser menina e o que é ser menino. Chama atenção para a questão do cuidado com o corpo de crianças pequenas, e a necessidade de que todas elas têm de ser educadas em suas especificidades.

Este conteúdo do documento ganha especial relevância se considerarmos que a educação infantil não só cuida do corpo da criança como o educa: o corpo é o primeiro lugar onde a mão adulta marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta, é o emblema em que a cultura vem inscrever seus signos.

Folha Dirigida – De que forma, na Constituição Federal, o reconhecimento da maternidade como uma função social e do dever do Estado de garantir cuidados e assistência extra-familiar, por meio de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos, contribuiu para a promoção da igualdade de gênero?

Sandra Unbehaum – Representou um avanço significativo como parâmetro para a definição de política social e de promoção da igualdade de gênero, sobretudo se for considerada a desvalorização histórica, a precariedade e a falta de investimentos por parte do Estado em relação à educação infantil.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 6

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) também é resultado desse processo, pretendendo servir como guia para a reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que trabalham diretamente com crianças de zero a seis anos. Em vários trechos o documento defende que as crianças sejam estimuladas a brincar com as possibilidades relacionadas tanto aos papéis masculinos quanto aos femininos. Ou seja, do ponto de vista da constituição das relações de gênero, está presente uma perspectiva educacional que visa ultrapassar a socialização estereotipada para meninos e meninas na primeira infância, comum nos espaços institucionalizados de educação e de cuidado infantil, como as creches e as pré-escolas.

O Referencial indica, sem dúvida, um importante avanço enquanto política pública dirigida à formação profissional na educação infantil ao chamar a atenção para o caráter social de gênero e da sexualidade. Seu texto é cuidadoso nesse sentido e problematiza o determinismo biológico, estimulando as educadoras a perceber que as percepções de ser menino ou menina são construídas nas interações sociais estabelecidas desde os primeiros anos de vida.

Além disso, ao destacar a atuação das educadoras e dos educadores para a desconstrução dos significados de gênero nas relações infantis, o Referencial chama atenção para um importante aspecto da formação profissional para a educação infantil. A concepção de que as mulheres são, por natureza, capazes de cuidar e educar crianças pequenas reforçou durante muito tempo o baixo investimento público ou até mesmo a ausência de uma política ampla de formação docente inicial e em serviço.

Mas há críticas acerca do risco de uma antecipação da escolarização, com base no ensino fundamental e na desnaturalização da formação da criança na primeira infância; cuja vivência no berçário e na pré-escola deveria estar dirigida para a articulação entre o educar e o cuidar. O RCNEI apresenta um foco central que põe em primeiro lugar a mente, o conhecimento abstrato e o pensamento. Ao negar a dimensão do cuidado no currículo nacional para a educação infantil rejeita o conteúdo feminista de lutas anteriores que articula cuidado e educação. Há também dificuldade em introduzir a educação sexual como parte do trabalho a ser desenvolvido por creches e pré-escolas.

Folha Dirigida – Os PCNs definem os parâmetros para o ensino fundamental. Qual é a principal contribuição deste documento no que se refere às questões de gênero e de sexualidade?



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 7

Sandra Unbehaum – Os PCNs representaram uma inovação ao introduzir a perspectiva de gênero como uma dimensão importante na constituição da identidade de crianças e jovens; e de organização das relações sociais. A compreensão das relações de gênero, de como elas são construídas e se estabelecem em nossa sociedade, é fundamento para qualquer proposta de organização curricular e esse foi o grande triunfo dos PCNs: tirar a questão de gênero da invisibilidade nas políticas de educação brasileiras. Também a forma como encaminham a orientação do trabalho docente atende à demanda do movimento de mulheres: o combate ao sexismo.

Os PCNs foram divididos em dois grandes conjuntos destinados às áreas específicas e aos temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual e saúde. No caso dos PCNs voltados para as 5ª à 8ª séries do ensino fundamental, foram acrescentados os temas de saúde, trabalho e consumo. Como esses temas transversais atravessam os diferentes campos do conhecimento, a proposta foi de integrá-los às distintas áreas curriculares. Um dos critérios usados para a escolha desses temas foi a urgência social em se discutir assuntos correlacionados na escola, como a prevenção de DST e Aids, a gravidez na adolescência, a preservação do meio ambiente, a violência urbana e juvenil entre vários. Outro critério foi a abrangência social de tais assuntos e a possibilidade dessa discussão, no ensino fundamental de 1ª a 4ª série e/ou de 5ª a 8ª série, favorecer a compreensão da realidade e da participação social de cada um na sociedade.

Os PCN para o ensino fundamental trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania. Isso pode ser constatado em vários dos objetivos gerais do ensino fundamental expostos no início de todos os volumes dos parâmetros, onde se destaca, dentre vários aspectos, a cidadania como participação social e política, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais; estimula-se o posicionamento crítico e contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Folha Dirigida – De que forma os PCNs representam inovação no tratamento da temática de gênero? Por outro lado, o que pode ser criticado no documento?

Sandra Unbehaum – O tópico de Orientação Sexual ganha relevo ao apresentar como objetivo “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação”, incentivando, nas relações escolares, a “diversidade de comportamento de homens e mulheres”, a “relatividade das concepções tradicio-



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 8

nalmente associadas ao masculino e ao feminino”, o “respeito pelo outro sexo” e pelas “variadas expressões do feminino e do masculino” (PCNs, 1997, v.10, p.144-6).

A sexualidade, por sua vez, é apresentada como uma construção marcada pela história, pela cultura e pela ciência, como também pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada um. Os textos nos dois conjuntos ressaltam que crianças e jovens trazem esses valores e significados à escola, mas aquela instituição também é um lugar que propicia o questionamento das desigualdades de gênero.

Ainda no volume destinado à Orientação Sexual de 1ª a 4ª série encontramos, por exemplo, uma menção à articulação entre a pluralidade cultural e as questões de gênero. Ressalta-se que essas questões *trazem em seu bojo histórias de injustiça para com as mulheres, nas mais diversas dimensões da vida, do cotidiano na vida privada a situações profissionais*. O texto nos alerta que *práticas sedimentadas social e culturalmente fazem com que se deixe ao largo, com frequência, novas possibilidades que se abrem para os homens, em termos de comportamentos mais responsáveis e participativos em relação às mulheres e aos seus filhos* (Brasil, PCN, 1997, 1ª a 4ª série, v.10, p.25).

No eixo Relações de Gênero o conceito de gênero adquire grande relevância com referências detalhadas ao papel da escola como sendo o de propiciar o *questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis* (Brasil, PCN, 1997, 1ª a 4ª série, v.8, p.35).

Nos PCNs que enfocam de 5ª a 8ª série, a visão sobre orientação sexual é ampliada para reconhecer que, a partir da puberdade, os estudantes trazem perguntas mais polêmicas e precisam de mais informação e, ao mesmo tempo, possuem melhores condições de refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras. As expressões da sexualidade são reconhecidas pelos PCNs como aspectos centrais na vida dos adolescentes.

Contudo, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve como objetivo configurar-se como *uma referência* e não uma obrigatoriedade para os currículos de ensino fundamental e médio em todo o território nacional. Por isso, os PCNs não são adotados em todos os estados brasileiros, embora representem um importante avanço na inclusão da perspectiva de gênero na educação. Os críticos dos PCNs ressaltam o caráter centralizador que dificultaria sua implantação em um território político e geográfico com as características do Brasil.

Além disso, cabe destacar algumas outras observações críticas à forma como o tema foi tratado no documento. Pensando o tratamento dos aspectos de gênero e às conseqüências para o currículo escolar, incomoda o fato de que o conteúdo se limite ao tópico de orientação sexual.

difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 9

Os PCNs para o ensino fundamental não são impregnados de uma perspectiva de gênero. Isto é, as perguntas relativas ao gênero deveriam cruzar não só a discussão sobre sexualidade, corpo e prevenção, mas deveriam passar todas as áreas do conhecimento. A sexualidade está tratada como se fosse um traço circunscrito ao corpo e separado das relações de gênero. Ainda que tais preocupações com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (especialmente a AIDS), com o assédio sexual e com a gravidez na adolescência sejam absolutamente legítimas; elas não podem (e nem devem) ser separadas das questões de gênero que, necessariamente, vão mais além. O próprio termo “Orientação Sexual” suscita confusão, já que a definição usual diz respeito à diversidade sexual, diz respeito às várias formas de expressão da sexualidade humana. Nos PCNs, o termo configura no sentido de “orientar”.

Folha Dirigida – Quais são os desafios para colocar em prática o que determinam estes documentos?

Sandra Unbehaum – Embora os Referenciais e os Parâmetros se constituam em instrumentos de referência importantes para a introdução da perspectiva de gênero no conteúdo e nas práticas docentes no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental podemos constatar que poucas escolas os incorporaram na prática. Cabe perguntar por quê. Quais seriam as principais dificuldades para essa incorporação?

Praticamente não existem estudos de avaliação sobre as mudanças na prática pedagógica a partir dessas políticas. Mas podemos lançar para reflexão duas hipóteses sobre as dificuldades para a efetiva introdução do conteúdo de gênero, proposto por esses documentos, nas práticas escolares.

A primeira delas refere-se à precariedade do conteúdo de gênero contido nos livros didáticos e a segunda à ausência do tema na formação docente inicial. Ou seja, se de fato desejamos transformar as relações escolares introduzindo a perspectiva de gênero, devemos nos perguntar sobre como essa perspectiva vem sendo tratada nos livros didáticos, ainda um dos principais suportes para a articulação dos conteúdos específicos em salas de aula.

Cientes da importância do livro didático enquanto recurso pedagógico nas salas de aula brasileiras, os PCNs os utilizaram como um dos principais meios de viabilização de suas orientações. Contudo, estudos recentes mostram que os livros didáticos ainda deixam muito a desejar, ao perpetuarem certos preconceitos, discriminações e estereótipos de gênero, apesar do Programa Nacional do Livro Didático estabelecer uma seleção e avaliação pedagógica prévia dos livros a



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 10

serem distribuídos no país. Os critérios de seleção e avaliação destes livros estabelecem que eles não veiculem preconceitos de origem, de cor, de condição socioeconômica, etnia, gênero ou qualquer forma de discriminação, respeitando a Constituição. Felizmente, vários Grupos de Pesquisas, ligados a diferentes universidades do país, tem estudado qual a abordagem e quais discursos sobre sexualidade e gênero vem sendo veiculados nos materiais didáticos, contribuindo para a efetividade na prática do que já está na norma.

Com relação à segunda hipótese: a precariedade da formação docente como um dos obstáculos para a introdução de gênero na educação escolar, observa-se que existe grande dificuldade das escolas e de seus sujeitos para lidar com a variação cultural e as desigualdades de classe, raça e gênero presentes em nossa sociedade.

Os modos de pensar e agir, de difundir e criticar a cultura acadêmica, de veicular ou excluir culturas juvenis, de se relacionar com distintos modos de organização familiar, doméstica e de cuidado infantil, de organizar a classe, de militar nas organizações docentes, de se integrar no cotidiano escolar refletem culturas e práticas institucionalizadas, muitas vezes pouco acolhedoras da diversidade humana e cultural.

Considerando a complexidade da temática de gênero e sua histórica ausência na maioria dos cursos regulares de formação docente, observam-se professoras e professores – nos diferentes níveis de ensino – com grande dificuldade para traduzir as indicações contidas nos Referenciais e nos Parâmetros em sua prática docente e nas interações com crianças e jovens. Os profissionais da área, em geral, não sabem lidar com situações que contradizem comportamentos previamente estabelecidos pela nossa sociedade para meninas e meninos, como por exemplo, um menino querer brincar com bonecas ou panelinhas. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino e vice-versa e todas essas práticas são muitas vezes naturalizadas nos cursos de formação docente. Observa-se que a criança figura como objeto para representações de gênero que os adultos – responsáveis por sua educação – sustentam e reproduzem.

Do mesmo modo, as professoras e os professores não se sentem habilitados para trabalhar com os conteúdos relacionados à sexualidade. Quando isso ocorre a tendência é a de “medicalizar a sexualidade”, abordando aspectos relacionados à prevenção seja de uma gravidez não planejada ou de doenças sexualmente transmissíveis. A educação em sexualidade deveria ser abordada como uma ação de ensino e aprendizagem sobre a sexualidade humana, considerando além de informações básicas sobre o desenvolvimento e função do corpo sexuado e formas de prevenção, reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções, comportamentos relacionados à vida sexual.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 11

Esse desconforto com relação à temática da sexualidade humana poderia ser suprimido com uma formação específica nesse tema, onde além dos conteúdos fossem trabalhadas metodologias de aprendizagem aplicáveis e condizentes às diferentes faixas etárias da população estudantil. Neste sentido, é tarefa urgente uma revisão dos currículos de formação inicial docente no sentido de atualizá-los com conteúdos que contemplem não apenas as questões de gênero, mas também as questões raciais, de orientação sexual, de religião e de direitos humanos; temas previstos nos Referenciais e nos Parâmetros. Sabe-se que as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia foram redefinidas recentemente pela Resolução n.1 de 15 de maio de 2006, pelo Conselho Nacional de Educação. O curso de Pedagogia destina-se à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Cada instituição de ensino superior deve protocolar seu projeto político pedagógico nos sistemas de ensino, seguindo as novas diretrizes. Essas diretrizes servem como referência na organização dos programas de formação, permitindo flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas de conhecimento a serem consideradas, sem estabelecer disciplinas específicas.

Além disso, a maneira de corrigir essas distorções e evitar a reprodução de estereótipos de gênero é propiciar uma formação docente – inicial e continuada – que contemple não apenas as questões de gênero, mas também outras dimensões sociais e culturais que conformam as desigualdades e as discriminações. A elaboração, revisão e contextualização curricular de cada realidade social dos estados e municípios também é tarefa necessária. A proposta curricular das instituições escolares envolvidas deveria contar com a participação de toda a equipe pedagógica em atividades de formação continuada, a fim de garantir o diálogo entre tais parâmetros e as práticas já existentes nas instituições. Neste sentido, a inserção de conteúdos relativos à sexualidade e às questões de gênero dependerá do interesse e do reconhecimento da própria área de educação e da sociedade civil organizada. ✕

Entrevista concedida ao jornal Folha Dirigida, outubro de 2009.